



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 14 • 01 a 20/08/2005 • ISSN 1809-6182

Análise:

04/08/2005 – União Européia: estrutura institucionalp.01

Apresentação da organização institucional da União Européia, cuja configuração é ímpar frente a demais blocos regionais e organizações internacionais.

19/08/2005 – A Crise Nuclear Norte-Coreanap.06

Meses após abandonar qualquer tipo de diálogo referente a seu programa nuclear, a Coreia do Norte aceita participar da quarta rodada das negociações de seis lados que ocorre este mês na China. Num contexto da problemática relativa às armas de destruição em massa, esta abertura norte-coreana inicia uma nova fase para os rumos das negociações e traz novas perspectivas de entendimento para o contexto político asiático.

Resenha:

05/08/2005 – Economia e comércio da Chinap.09

O caso do crescimento chinês tem um dos maiores destaques no mundo atual. O domínio deste país comunista no comércio internacional, que parte para liberalização econômica é algo que causa muitos anseios nas demais economias, principalmente as de países em desenvolvimento.

12/08/2005 – IRA anuncia fim da luta armada na Irlanda do Nortep.12

O IRA (Exército Republicano Irlandês) formalmente anunciou o fim de sua campanha armada e afirmou perseguir, a partir de então, exclusivamente meios pacíficos para a unificação da região com a República da Irlanda.

19/08/2005 – Começa a retirada israelense dos territórios ocupadosp.14

Após 38 anos de ocupação, Israel começa a retirada de assentamentos dos territórios ocupados em Gaza e na Cisjordânia. É a primeira vez que Israel desocupa assentamentos de áreas que foram tomadas com a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e que fazem parte da demanda palestina para a criação de seu futuro Estado.

União Européia: estrutura institucional

Análise
Integração Regional

Jéssica Naime
04 de agosto de 2005

Apresentação da organização institucional da União Européia, cuja configuração é ímpar frente a demais blocos regionais e organizações internacionais.

Para melhor compreender o fenômeno da integração européia, faz-se necessário o entendimento acerca do funcionamento de seus órgãos administrativos e suas respectivas competências no espectro institucional. Este texto busca esclarecer sobre tal estrutura organizacional de caráter *sui generis* se comparados aos demais atores internacionais. Apesar de apresentar semelhanças com a estrutura de alguns desses atores, a União Européia (UE) não pode ser definida como uma espécie de super Estado, tampouco como uma organização internacional. Seu arranjo institucional é composto por órgãos que dividem funções e responsabilidades quanto à gestão das políticas comunitárias, apesar de cada qual ter competências específicas bem definidas. E é em função dessa distribuição de competências e articulação de atividades e da constituição do processo decisório que a UE se diferencia dos demais atores internacionais.

Conselho Europeu

O Conselho Europeu é composto pelos chefes de Estado e Governo de cada Estado membro da UE, assistidos pelos seus ministros das Relações Exteriores, acrescido do presidente da Comissão Européia. Reúne-se pelo menos duas vezes por ano e é responsável pela formulação das diretrizes políticas gerais

que irão definir os rumos da integração européia. Assim, todos os tratados assinados entre Estados membros referentes ao processo de consolidação da UE são feitos no âmbito do Conselho Europeu. Esta é então a instância em que são tomadas as grandes decisões, relegando sua aplicação e concretização aos demais organismos e agências especializadas da UE. Em suas reuniões são gerados relatórios ao Parlamento e uma avaliação anual acerca dos avanços obtidos com o processo de integração.

Apesar de abrigar o executivo dos Estados membros, o Conselho Europeu não é o órgão executivo da União Européia. E mais, deve-se fazer uma diferenciação entre este e o Conselho da Europa, que é uma organização internacional não pertencente à estrutura da UE.

Conselho da União Européia

Também denominado Conselho de Ministros, abriga ministros indicados pelos Estados membros para representá-los em questões diversas. O Conselho da UE e o Parlamento são os responsáveis pelo exercício do poder legislativo bem como representam a autoridade orçamentária da UE. As competências deste Conselho envolvem também a coordenação das políticas econômicas nacionais, celebração de acordos internacionais, tomada de decisão



referente à execução da política externa e de segurança comuns e equacionar a cooperação policial e judiciária. É presidido pelo ministro do país que correntemente possui o mandato semestral de presidente do Conselho da União Européia e auxiliado por um Secretário Geral que coordena todo o secretariado do Conselho da UE. Este por sua vez é um funcionário público.

O Conselho da UE é a instância decisória mais importante na medida em que reflete os interesses dos Estados via representação ministerial e é o principal órgão formulador de políticas comunitárias. Enquanto o Conselho Europeu determina as diretrizes gerais, o Conselho da UE é o responsável por materializá-las em forma de tais políticas comunitárias. A atuação do Conselho da UE baseia-se nos quatro pilares da União, quais sejam as Comunidades Europeias (Comunidade Européia do Carvão e do Aço - CECA, Comunidade Européia de Energia Atômica - Euratom e Comunidade Econômica Européia - CEE), a Política Externa e de Segurança Comum (Pesc) e a cooperação policial e judiciária.

Originalmente o Conselho da UE reunia os ministros das Relações Exteriores dos Estados, entretanto atualmente sua formação se dá em função do tema a ser debatido. Assim, se a questão referir-se, por exemplo, a algum tema relacionado a meio ambiente, a formação do Conselho da UE para tal reunião será de ministros do meio ambiente dos Estados membros. Desta forma, o Conselho da UE apresenta-se com nove diferentes formações de maneira a abarcar os principais temas pertinentes à União Européia, a saber:

- i. **Questões Gerais e Relações Internacionais (GAERC - General Affairs and External Relations):** a mais importante formação deste Conselho. Reúne os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros mensalmente. Subdivide-se em dois, em que uma discute questões gerais e a outra assuntos de relações exteriores.

- ii. **Relações Econômicas e Financeiras (Ecofin - Economic and Financial Affairs):** Acolhe os ministros da fazenda e de finanças dos Estados membros.
- iii. **Agricultura e Pesca:** Uma das formações mais antigas, reúne os ministros da agricultura e pesca, bem como secretários e comissários responsáveis por segurança alimentar, questões veterinárias e de saúde pública dos Estados membros.
- iv. **Questões Domésticas e de Justiça (JHA - Justice and Home Affairs):** Composto por ministros da Justiça e do interior dos Estados da UE.
- v. **Emprego, Políticas Sociais, Saúde e Direito do Consumidor (EPSCO - Employment, Social Policy, Health and Consumer Affairs Council):** Abrange os ministros, secretários e/ou comissários relacionados aos temas em questão dos respectivos países membros.
- vi. **Competitividade:** Uma das formações mais recentes, a partir de junho de 2002 agrupou três outras configurações já existentes - Mercado Interno, Indústria e Pesquisa. Dependendo do tema debatido, é constituído por ministros competentes da área.
- vii. **Transporte, Telecomunicações e Energia:** Tão recente como a anterior, essa formação também agrupou os três temas em um só. Composto por ministros das respectivas áreas em seus Estados de origem, reúne-se normalmente uma vez por bimestre.
- viii. **Meio Ambiente:** Encontra-se com a mesma frequência da formação anterior e remetendo ao próprio nome, é composto pelos ministros competentes da área.
- ix. **Educação, Juventude e Cultura (EYC - Education, Youth and Culture):** Encontram-se os ministros da Educação, Cultura, Juventude e das Comunicações aproximadamente três vezes ao ano.

Parlamento Europeu

Eleito por sufrágio universal, o Parlamento Europeu é o órgão de representação popular no âmbito da UE. Inicialmente era formado por membros

dos Parlamentos nacionais e detinha limitadas funções consultivas. Ao longo dos anos, com a consolidação de uma Comunidade Européia, viu-se a necessidade de ampliar a legitimidade e representatividade deste órgão, e em 1979 foi eleito pela primeira por eleições diretas. O Parlamento ganhou importância e enquanto estrutura decisória que manifestava a vontade popular deveria responder aos anseios de seu eleitorado.

O Parlamento concede legitimidade democrática às decisões concernentes aos regulamentos normativos necessários à coordenação de políticas nacionais e para a formulação de políticas comuns. Compete ao Parlamento exercer funções legislativas e de controle orçamentário juntamente com o Conselho da UE. No que tange ao orçamento comunitário, o Parlamento juntamente com o Conselho são intervenientes no processo de alocação de recursos. O Parlamento pode solicitar modificações na alocação dos fundos para despesas não-obrigatórias e deve aprovar a peça orçamentária final.

Referente ao poder legislativo, apesar de não terem poderes para propor leis, o Parlamento e o Conselho da UE podem emendar ou vetar os textos constitucionais

propostos pela Comissão Européia. Desta forma, os três órgãos trabalham coordenada e concomitantemente para o exercício legislativo da União. O Parlamento também é responsável por supervisionar a Comissão, aprovar a nomeação de seus membros e tem também o poder de dissolvê-la com um voto de censura.

A composição dos assentos no Parlamento é baseada no princípio da proporcionalidade regressiva, ou seja, Estados menores têm direito a mais assentos do que se considerarmos o tamanho de população e os assentos a que teriam direito em função de sua representatividade na UE. A quantidade de assentos é determinada através de tratado negociado entre as partes, não havendo uma fórmula específica para calculá-la.

As últimas eleições parlamentares ocorreram em 2004, com a entrada de novos membros em função do alargamento da Comunidade, que teve a adesão de mais 10 membros no início do mesmo ano. Foi a maior eleição da história da Comunidade com aproximadamente 400 milhões de pessoas aptas a votar.

Constituição do Parlamento Europeu – após Eleições de 2004

| Estado membro | nº de assentos | Estado membro | nº de assentos | Estado membro | nº de assentos |
|---------------|----------------|------------------|----------------|---------------|----------------|
| Alemanha | 99 | República Tcheca | 24 | Eslováquia | 14 |
| França | 78 | Grécia | 24 | Irlanda | 13 |
| Itália | 78 | Hungria | 24 | Lituânia | 13 |
| Reino Unido | 78 | Portugal | 24 | Letônia | 9 |
| Polônia | 54 | Suécia | 19 | Eslovênia | 7 |
| Espanha | 54 | Áustria | 18 | Chipre | 6 |
| Países Baixos | 27 | Dinamarca | 14 | Estônia | 6 |
| Bélgica | 24 | Finlândia | 14 | Luxemburgo | 6 |
| | | | | Malta | 5 |

Fonte: Enciclopédia Wikipedia / junho 2005

Comissão Europeia

É o órgão executivo da União Europeia. Seu presidente é indicado pelo Conselho Europeu e deve ser aprovado pelo Parlamento. Os demais comissários são escolhidos pelo presidente, totalizando 25 representantes de cada Estado membro e devem também passar pelo crivo do Parlamento. A Comissão conta com o suporte de um corpo administrativo de servidores públicos. Cada comissário fica responsável por uma área da política comunitária, chefiando o respectivo departamento da área denominado diretório geral.

A função primordial da Comissão é propor novas leis – que como foi dito devem ser aprovadas pelo Parlamento e pelo Conselho da UE –, decretá-las e garantir o cumprimento dos tratados, que são a base para a União Europeia. Desta forma, os três principais órgãos administrativos – Comissão, Parlamento e Conselho da UE – trabalham coordenadamente para a formulação da legislação comunitária. Entretanto, diferentemente do Conselho da União Europeia, a Comissão pretende ser um corpo independente dos Estados membros. Aos comissários não é permitido receber instruções do país que o tenha indicado, mas por outro lado devem atender aos interesses dos cidadãos da União como um todo. Cabe ainda à Comissão assegurar a execução da legislação, a implementação do orçamento e dos programas adotados pelo Parlamento e Conselho de Ministros.

Tribunal de Justiça Europeu

Também chamado de Corte Europeia de Justiça (ou ECJ – *European Court of Justice*) é formado por 25 juízes e 8 advogados gerais que cumprem um mandato renovável de 6 anos. Cada Estado membro pode nomear um juiz, assim o número de membros e o de juízes coincidem na maioria das vezes. Segundo a norma, o número de juízes deve ser ímpar, desta

forma, se o número de Estados membros for par, então outros juízes podem ser indicados para cumprir com a norma. 5 dos 8 advogados gerais são indicados pelos maiores membros, quais sejam, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha e Itália. As demais vagas são rotativas e preenchidas por advogados indicados pelos demais países.

Os advogados gerais devem propor à Corte um parecer legal para os casos pelos quais forem responsáveis. Entretanto, as propostas têm caráter independente, ou seja, apesar de na maioria das vezes as propostas serem acatadas pelos juízes – esses têm o poder deliberativo –, o parecer dos advogados gerais não é necessariamente vinculante, podendo o juiz contradizê-lo.

Ao Tribunal compete deliberar acerca de questões de interpretação da legislação europeia, operando como instância consultiva para os judiciários nacionais. Assim, com o intuito de evitar-se divergências na interpretação do direito comunitário os juízes nacionais reportam-se ao Tribunal solicitando que se pronunciem sobre a questão. Desta forma, cria-se uma coordenação entre os juízes comunitários e os nacionais, criando cada vez mais compatibilidade entre as interpretações dos tribunais nacionais e a Corte.

A Corte modera litígios entre atores integrantes da UE, que podem ser Estados membros, as instituições comunitárias, empresas e cidadãos europeus. Tem como objetivo garantir o acatamento e a interpretação do direito comunitário de forma equânime em quaisquer circunstâncias. Para atender aos casos referentes ao cumprimento das regras de concorrência econômica e aos recursos interpostos pelos cidadãos, como também para dar conta do crescente fluxo de demandas, foi criado em 1989 o Tribunal de Primeira Instância sendo esse o único órgão receptivo de interpelações por parte dos cidadãos.

Tribunal de Contas Europeu

Criado em 1977 e aperfeiçoado em 1999, o Tribunal de Contas tem a função de assegurar a correta execução do orçamento além de verificar a legalidade e a regularidade das receitas e despesas, viabilizando boa gestão financeira e permitindo transparência e eficácia das contas comunitárias.

O Tribunal presta ainda assessoria ao Conselho de Ministros e ao Parlamento quando da elaboração do orçamento comunitário e da apresentação anual do relatório sobre a execução orçamentária do exercício anterior. O Tribunal também mantém relações colaborativas com outros órgãos da UE na medida de sua necessidade.

Demais órgãos e agências

- **Comitê Econômico e Social Europeu:** Através dos pareceres que emite, o Comitê participa da formulação e execução das políticas da UE na medida em que representa a manifestação da sociedade civil organizada europeia. Oferece um espaço de debate entre diferentes classes da sociedade civil, como empregadores, sindicatos, consumidores e produtores.
- **Banco Europeu de Investimento:** Instituição financeira de fomento da Comunidade Europeia, financia os projetos de políticas públicas como também investimentos do setor privado, visando ao cumprimento dos objetivos da União Europeia. Os projetos financiados focam-se em iniciativas que garantam a competitividade da indústria europeia bem como em setores que promovam a infra-estrutura para sustentar o crescimento do setor produtivo. Tem como acionistas os Estados membros, entretanto grande parte de seu fundo é angariado com a venda de títulos no mercado internacional.
- **Comitê das Regiões:** Formado por autoridades locais como prefeitos, governadores e conselheiros municipais é responsável por garantir o atendimento dos interesses das regiões e províncias dos Estados nacionais membros. Seus

membros são indicados pelos governos nacionais e nomeados pelo Conselho da UE, e o número de representantes de cada membro se dá em função da sua população. Atua como órgão consultivo exercendo função complementar no processo decisório que envolve o Parlamento, o Conselho de Ministros e a Comissão ao interceder pelos interesses regionais e locais.

- **Banco Central Europeu:** Como já informa o próprio nome, é o banco responsável pela formulação, concertação, implementação e execução das políticas econômica e monetária da UE. Controla a emissão do euro, bem como as demais questões referentes à economia comunitária.
- **Agências Especializadas:** Criadas na década de 90, principalmente após o Tratado de Maastricht, as agências especializadas possuem funções diversas, relacionadas à execução de tarefas de cunho técnico, científico ou administrativo. Almeja-se que com essa descentralização das instituições as atividades da UE possam abranger mais efetivamente os cidadãos europeus como também facilitar seu diálogo entre os diversos agentes europeus. Temos como exemplo dessas agências especializadas a Europol e o Provedor de Justiça Europeu.

Referência

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do Direito Comunitário.** Coleção Documentação Europeia, 2000. Disponível em www.europa.eu.int Acesso em 10 de junho de 2005.

LESSA, Antônio Carlos. **A Construção da Europa:** a última utopia das Relações Internacionais. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília. 2003. p.192

[Página oficial da União Europeia](http://www.europa.eu.int)

[Wikipedia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tribunal_de_Contas_Europeu)

A Crise Nuclear Norte-Coreana

Análise
Segurança

Carolina Dantas Nogueira
19 de agosto de 2005

Meses após abandonar qualquer tipo de diálogo referente a seu programa nuclear, a Coreia do Norte aceita participar da quarta rodada das negociações de seis lados que ocorre este mês na China. Num contexto da problemática relativa às armas de destruição em massa, esta abertura norte-coreana inicia uma nova fase para os rumos das negociações e traz novas perspectivas de entendimento para o contexto político asiático.

Ao se pensar o momento atual da crise nuclear norte-coreana, um entendimento mais amplo entre as partes parece estar distante da realidade internacional. A teia de interesses que permeia a questão possui raízes profundas e exige maiores entendimentos e conseqüentes concessões do que as partes estão efetivamente dispostas a oferecer.

Em síntese, a crise eclodiu pela primeira vez em 2002 quando os Estados Unidos acusaram a Coreia do Norte de possuir um projeto de enriquecimento de urânio para a construção de armas nucleares – o que seria considerado uma violação aos acordos nucleares vigentes na época.

Em 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) discutiu o problema e declarou que a Coreia do Norte teria plutônio suficiente para desenvolver cerca de oito ogivas nucleares. Declarou, ainda, que seu programa estaria em desacordo com as normas internacionais e entrou com a questão no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em resposta, a Coreia do Norte expulsou os inspetores da AIEA de seu território, reabriu o reator nuclear da cidade de Yongbyon – que havia sido lacrado por

esta instituição – e retirou-se do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Suspendeu, ainda, quaisquer negociações multilaterais sobre o tema.

Em uma tentativa de diálogo, iniciou-se no mesmo ano as Negociações de Seis Lados, com a primeira rodada em agosto de 2003. Estados Unidos, Japão, Rússia, Coreia do Norte e Coreia do Sul concordaram em se reunir e discutir sobre a questão na cidade de Diaoyutai, China. Contudo, desde setembro de 2004, a Coreia do Norte recusa-se a comparecer às negociações multilaterais.

As tensões se agravaram quando, em fevereiro de 2005, o país declarou possuir arsenal nuclear à base de plutônio, destinado a um programa pacífico para obtenção de energia nuclear. A existência de armas nucleares à base de urânio – alegação estadunidense – foi novamente negada.

Impasse

Neste mês de julho e agosto acontece a quarta rodada das Negociações de Seis Lados. Os esforços destinam-se à redação de uma declaração conjunta que garanta o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano através de acordos para o fornecimento de energia e alimento,



garantias de não agressão ao país e a normalização das relações diplomáticas com Washington e Tóquio.

A condição estadunidense para que as negociações possam continuar é a abertura da Coreia do Norte aos inspetores internacionais e o conseqüente desmantelamento de seu programa nuclear. No entanto, a Coreia do Norte argumenta que seu programa é pacífico e tenciona não abandoná-lo. Mesmo que o destino oficial seja a produção de energia pacífica, a mera existência de material nuclear físsil que seja suscetível de utilização para fabricação armas nucleares já é justificativa suficiente na visão de Washington.

Pyongyang alega que está comprometido com a agenda de desnuclearização da península coreana, todavia argumenta que todos os países têm direito ao uso pacífico da energia nuclear. O vice-ministro das Relações Exteriores norte-coreanas, Kim Gye Kwan, afirmou que a Coreia do Norte abrirá o país para a completa supervisão internacional de suas instalações nucleares. Argumentou que a falta de consenso sobre o que seja “atividade nuclear para fins pacíficos” foi “um dos elementos muito importantes que nos levaram a não conseguir chegar a um acordo” nesta quarta rodada até o presente momento.

O chefe da delegação chinesa Wu Dawei, declarou que o maior êxito desta rodada – que começou dia 26 de julho e não tem data para terminar – foi o fato de que todos os países “fizeram esforços para entender as posições dos demais” e que “o progresso nesta quarta rodada é maior que nas três anteriores”, que terminaram sem nenhum documento escrito. Desde sua abertura ocorreram 72 encontros bilaterais entre as delegações, um número superior ao das outras três rodadas, que duraram no máximo quatro dias.

Após 13 dias de intenso diálogo, a China – país anfitrião – propôs um recesso de três semanas para que cada delegação possa

analisar o que foi apresentado até momento e avaliar as opções apresentadas. Os próprios chineses mostram-se confiantes com as negociações, declarando que as discussões feitas até o momento foram “úteis” e que os participantes chegaram a acordos “em vários aspectos”. A retomada da rodada está prevista para o próximo dia 29 com a expectativa da assinatura de um documento final.

Interesses

Não se comprovou, até o momento, o tamanho efetivo do arsenal nuclear norte-coreano – que poderia ser desde peças simples até ogivas nucleares. Comprovou-se menos ainda a existência de um arsenal à base de urânio – um dos grandes conflitos da crise. Todavia as negociações caminham mais firmes do que as rodadas anteriores.

A China prepara um documento final que está em fase de aprovação. Este documento não reflete, no entanto, os interesses das partes, mas traça metas de colaboração e conseqüente resgate do diálogo, até então problemático entre os seis países. A assinatura de um documento deste porte concluiria esta quarta rodada com uma vitória diplomática para o formato das Negociações de Seis Lados, uma vez que os Estados Unidos ameaçaram levar a crise às Nações Unidas, o que Pyongyang já declarou entender como uma declaração de guerra. Desta forma seria possível evitar o conflito armado na região.

O Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos no Leste da Ásia, Christopher Hill, afirmou que Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos estão “basicamente de acordo com a minuta chinesa”; “estamos certos de que a China trabalhará duro para convencer a Coreia do Norte a assinar, como fez com os outros participantes”. Todavia Pyongyang mostrou-se contra a formatação atual do

documento, pois algumas partes não estão suficientemente claras, como o compromisso de “abandonar todas as armas e programas nucleares” – o que difere da sua intenção em manter um programa pacífico em funcionamento. Outro ponto divergente é a omissão de uma cláusula de simultaneidade – exigida por Pyongyang – na qual torna-se explícito que o desarmamento e os incentivos negociados serão realizados no mesmo período.

Faz-se necessário ressaltar um ponto positivo nesta rodada: tanto Pyongyang quanto Washington vieram para as negociações com um interesse mais expressivo em encontrar uma solução para este impasse. Além disso, todas as partes aceitaram discutir o documento proposto pelo anfitrião, trocando opiniões e argumentando interesses; enfim, todos as partes o consideraram uma opção viável, o que por si só é um grande avanço. Tópicos mais significativos foram discutidos e iniciou-se um processo de maior entendimento das razões e interesses das partes.

É certo que embora a crise esteja distante de um final ideal ou que englobe os diversos interesses – devido à própria incompatibilidade dos mesmos – esta rodada tem aberto possibilidades para novas fases de negociações, no entanto, é ilusório imaginar que haveria outra alternativa. Nenhuma das partes quer um fracasso nesta rodada pelo fato de que nenhum deles pode no momento arcar com os custos advindos disso. Todos os países devem retomar o diálogo no próximo dia 29, principalmente os Estados Unidos e a Coreia do Norte, com planos mais elaborados para a resolução do impasse. A anfitriã China certamente não poupará esforços para que a rodada seja um sucesso.

Referência

[BBC](#)

[CNN](#)

[DW World](#)

[Estadão](#)

[Folha On-line](#)

[Foreign Affairs](#)

[Globo On-Line](#)

[Stratfor](#)

[Terra Notícias](#)

[Washington Post](#)

Ver também:

24/02/2005 – [Coreia do Norte: o anúncio da posse de armas nucleares no contexto do fenômeno da proliferação de armas de destruição em massa](#)

25/02/2005 – [A reunião do Conselho de Diretores da Agência Internacional de Energia Atômica e os rumos da política de controle de armas nucleares.](#)

16/06/2005 – [A questão Nuclear no Irã.](#)

01/07/2005 – [As Eleições no Irã.](#)

Economia e comércio da China

Resenha
Economia e Comércio

Camila Martins Araújo Gontijo
05 de agosto de 2005

O caso do crescimento chinês tem um dos maiores destaques no mundo atual. O domínio deste país comunista no comércio internacional, que parte para liberalização econômica é algo que causa muitos anseios nas demais economias, principalmente as de países em desenvolvimento.

A República Popular da China, desde o final da década de 1970, passa por reformas voltadas para o mercado e uma política de abertura. Essa atitude levou a um alto crescimento principalmente nas duas últimas décadas. Rapidamente o país deu passos para uma economia de mercado, industrializada, e ter um grande e importante papel na economia e política mundial.

O crescimento chinês que se iniciou na década de 1950 era instável. Para melhorar as taxas de crescimento, na década de 1970 iniciaram as reformas econômicas, o que elevou o padrão de vida população seis vezes até a década de 1990 e com uma renda per capita de 7.540 Yuans (US\$4.000 em valores de 1997) em 2001 contra 119 Yuans (US\$40) na década de 1950.

A abertura comercial foi o que possibilitou o crescimento das exportações, participação no mercado mundial, e investimentos externos diretos.

Como medida para preparar a liberalização da economia chinesa, o governo tem feito com que suas principais instituições financeiras estejam aptas à entrada de investidores estrangeiros. A liberalização deste setor foi negociada no momento da adesão chinesa a OMC (Organização Mundial do Comércio) em

1998.

O *Bank of América*, que é o terceiro grupo ocidental a entrar para o mercado chinês depois do HSBC e *Citigroup*, é o maior investidor estrangeiro no setor bancário na China. O *Bank of América* passa a ter participação no capital do China Construction Bank que não será superior a 19,9%. Os diretores destes bancos afirmam que o investimento na China se justifica pela estratégia de promover o crescimento econômico. Está prevista uma abertura total do setor bancário chinês à concorrência internacional, em 2007.

Para entendermos o tamanho da economia chinesa, a China é o país mais populoso do mundo tendo 1,3 bilhão de habitantes, e hoje é a sexta maior economia mundial. Mas o maior PIB (Produto Interno Bruto) do mundo pertence aos EUA que tem 295 milhões de habitantes. No primeiro trimestre de 2005, a China manteve seu crescimento anual de 9,5%, com o PIB que se mantém no mesmo nível do ano passado que foi o maior avanço nos últimos sete anos. A economia chinesa deverá crescer 8,9% em 2005, de acordo com as previsões dos economistas da Academia Chinesa das Ciências Sociais, uma instituição que aconselha o Governo de Pequim, e o comércio externo aumentará em 30%.



O crescimento do PIB significa também um aumento da despesa, o que é potencialmente um fator de aceleração da inflação. Isto não deve ser interpretado como uma possibilidade de se chagar a uma crise como foi a crise Asiática de 1997, pois agora a conjuntura é outra, e as políticas adotadas também.

O Earth Policy Institute, um centro de estudos que fica em Washington, divulgou que a China tomou o primeiro lugar que ficava com os Estados Unidos no que diz respeito ao consumo de commodities agrícolas e industriais mundiais. Os principais produtos são grãos, carne, carvão e aço, sendo este último atribuído ao processo de urbanização.

Somente o consumo de petróleo ainda tem como maiores consumidores os EUA. Relacionamentos estratégicos com países ricos em recursos naturais como Brasil, Cazaquistão, Rússia, Indonésia e Austrália acontecem em torno de contratos de fornecimento de longo prazo para produtos como petróleo, gás natural, ferro, bauxita e madeira. Essas relações são benéficas não só para a China, mas para estes países que passam a ter um novo consumidor em concorrência com EUA. Os cinco maiores parceiros comerciais chineses não se encontram entre estes, mas são: Japão, EUA, União Européia, Hong Kong, e ASEAN (Associação das nações do sudeste asiático).

No ano de 2005 a produção de cereais no país vem crescendo. Este fato é decorrente do aumento pelo governo de subsídios diretos aos agricultores, o que fez com que a renda destes aumentasse mais de 12% em comparação ao ano de 2004. Quanto ao mercado de automóveis, a China é o terceiro maior mercado para a indústria automóvel e o quarto maior produtor. A indústria automobilística tem tal tamanha que avança para grandes números de exportação. Mas em relação aos empregos a economia não-pública seria o principal

canal chinês e uma das importantes fontes da receita financeira estatal e de divisas, segundo o especialista Chen Yongjie.

O Yuan, moeda chinesa, existia num regime fixo, em que seu valor era mantido artificialmente desvalorizado em relação ao dólar. Isso ajudava na competitividade dos produtos chineses no mercado internacional. A novidade está na mudança anunciada no final de julho de 2005 pelo governo em que o regime cambial passaria a ser de bandas cambiais. Neste regime existe um valor mínimo e um máximo em relação ao dólar, no qual o câmbio irá se manter.

O câmbio da moeda chinesa em relação ao Dólar americano, diminuirá até 0,3% ao dia. O banco central chinês usará uma cesta de moedas correntes e outros fatores para se calcular o valor futuro da moeda local. Assim haverá a valorização do Yuan em relação à moeda estrangeira (Dólar).

O Banco Popular da China, que é o Banco Central deste país, divulgou que no segundo semestre de 2005, a política monetária continuará sendo “prudente e neutra”, para que se possa melhorar o mecanismo cambial da moeda. Espera-se que com essa política haja aumento dos créditos monetários favorecendo o mercado financeiro e contribuindo para as reformas das empresas do setor.

Empresas de capital chinesas vêm adquirindo companhias estrangeiras ou parte delas, em áreas como extração de petróleo e tecnologia, o que pode ser interpretado como uma busca a novos conhecimentos fugindo da caracterização de infração do direito a propriedade intelectual relativa aos conhecimentos desenvolvidos por essas empresas. Outra preocupação gerada por estas aquisições, especialmente quanto a empresas de petróleo, diriam respeito ao controle deste recurso energético, que se alcançado alguns limites influenciaria os preços no mercado. A principal atividade do capital chinês é a compra de *bonds* estadunidenses, e de empresas deste país.

A China é o segundo maior país detentor de letras do Tesouro dos EUA, tendo US\$243 bilhões neste tipo de títulos no final de maio de 2005.

Como principal consequência da valorização do Yuan, haverá a diminuição da competitividade dos produtos chineses no mercado internacional. Isso não deve ser visto, como a possibilidade de uma diminuição da oferta de produtos ou da presença deles no mercado, mas sim como uma menor distância entre os preços dos produtos chineses e seus similares produzidos nos países importadores. Outro aspecto que será favorecido pela mudança na política cambial, será a presença de investimentos estrangeiros na China, que provavelmente crescerá a partir do momento em que esta se solidifique e se mostre estável.

Referência

Fan HE; **A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios.** In: *Cadernos Adenauer IV, Experiências asiáticas para o Brasil?*, Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2003.

Sites:

[Câmara de comércio luso-chinesa](#)

[China Radio International](#)

[China Today](#)

[CIA](#)

[Departamento do Conselho Econômico e Comercial da Embaixada da República Popular da China em Portugal](#)

[Herald Tribune](#)

[Taxa de Câmbio Chinesa](#)

[The New York Times](#)

[Washington Post](#)

[World Affairs Board](#)

IRA anuncia fim da luta armada na Irlanda do Norte

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
12 de agosto de 2005

O IRA (Exército Republicano Irlandês) formalmente anunciou o fim de sua campanha armada e afirmou perseguir, a partir de então, exclusivamente meios pacíficos para a unificação da região com a República da Irlanda.

O Exército Republicano Irlandês (IRA) formalmente declarou o fim de sua campanha armada contra a Grã Bretanha, pondo fim a mais de trinta anos de violência na região e possibilitando a retomada do processo de paz na Irlanda do Norte e do processo de desarmamento. Suas ações contra o exército britânico e suas forças de segurança, assim como contra os grupos militares pró-britânicos acarretaram a morte de cerca de 3600 pessoas.

De acordo com o comunicado feito no final do mês de julho, todas as unidades do IRA deveriam depor suas armas, assim como todos os seus voluntários teriam sido instruídos a ajudar no desenvolvimento de programas puramente políticos e democráticos e a não se comprometerem, de forma alguma, com qualquer outra atividade. Os esforços pela reunificação da Irlanda continuariam, assim como a busca pelo fim da autoridade britânica sobre a Irlanda do Norte, mas unicamente por meios políticos.

Apesar de serem necessárias ações concretas para por em prática o comunicado, os governos Britânico e Irlandês ainda assim comemoraram o anúncio, visto como um importante passo

para a paz na região, diferentemente do que ocorreu na Irlanda do Norte, onde as reações se dividiram.

O Sinn Fein - braço político do IRA e representante da minoria católica da Irlanda do Norte - reagiu positivamente, classificando a atitude como sendo "corajosa e confiante", enquanto os Democratas Unionistas - partido pró-britânico que defende a continuidade da união da Irlanda do Norte com o Reino Unido - foram cautelosos. Esses se referiram ao comunicado como sendo "inadequado", enfatizando que o empenho do IRA não passa de "palavras". Isso se deve em grande parte ao fato de que o grupo deveria ter obedecido a um desarmamento total em 2000, como parte do acordo de Sexta-Feira Santa (*The Good Friday agreement*), realizado em 1998, mas não iniciou o processo até o fim de 2001, e o interrompeu em 2003.

Segundo especialistas, o monitoramento do compromisso de desarmamento assumido pelo IRA é essencial para ressuscitar o acordo de poder compartilhado da Irlanda do Norte (*Northern Ireland power-sharing agreement*) entre Nacionalistas e Unionistas, Católicos e Protestantes assim como para reativar a

Assembleia da Irlanda do Norte, suspensa em 2002.

Além disso, o anúncio teria vindo em momento oportuno para o Primeiro Ministro Britânico Tony Blair, tendo em vista os ataques terroristas dos extremistas Islâmicos a Londres. O fim da campanha armada do IRA permitiria às forças de segurança britânica focarem seus esforços em um único frente, nos recentes ataques.

Referência

Sites:

[BBC](#)

[Folha Online](#)

[The Guardian](#)

[The International Institute for Strategic Studies](#)

[The Washington Post](#)

Começa a retirada israelense dos territórios ocupados

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
19 de agosto de 2005

Após 38 anos de ocupação, Israel começa a retirada de assentamentos dos territórios ocupados em Gaza e na Cisjordânia. É a primeira vez que Israel desocupa assentamentos de áreas que foram tomadas com a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e que fazem parte da demanda palestina para a criação de seu futuro Estado.

A meia-noite do dia 15 de agosto começou oficialmente a desocupação dos colonos israelenses dos territórios ocupados da faixa de Gaza e da Cisjordânia.

O Plano de retirada - decisão unilateral do primeiro ministro israelense Ariel Sharon para “desengajar” Israel do conflito com os palestinos - teve início no domingo, dia 14 de agosto, com o bloqueio às entradas dos 21 assentamentos da faixa de Gaza e com a declaração de que a presença de qualquer cidadão israelense na região seria considerada ilegal, tendo sido estabelecido um prazo de 48 horas para que os mesmos se retirassem voluntariamente.

As ordens de saída começaram a ser entregues na segunda-feira, dia 15, e segundo o exército israelense, a maioria dos colonos teria concordado em deixar suas casas pacificamente, poupando os soldados de retiradas forçadas. Em contrapartida, aqueles que se opõem à retirada formavam correntes humanas e queimavam pneus na tentativa de impedir a entrega das ordens de despejo.

Segundo Tel Aviv, no fim da tarde do dia 17 (data do início das desocupações

forçadas) mais de 60 por cento dos 8.500 moradores haviam deixado os assentamentos, muitos inclusive haviam abandonado suas casas por conta própria. Pelo menos seis assentamentos na faixa de Gaza haviam sido completamente desocupados.

Contudo, protestos e a resignação por parte dos colonos e de manifestantes marcaram o início da desocupação forçada. Estradas foram bloqueadas, jipes do exército foram atacados e barricadas foram montadas em sinagogas de Neve Dekalim, maior assentamento judaico de Gaza, o que impedia a entrada do exército aos assentamentos. Além disso, cerca de 5.000 não-residentes dos assentamentos estavam na região para ajudar na resistência.

Analistas internacionais avaliam a desocupação como sendo “oportunista”, pois seria uma forma de fortalecer o controle israelense na Cisjordânia.

Especula-se que, embora estivessem comemorando a desocupação, os palestinos temessem que ela fosse uma estratégia do primeiro ministro israelense para consolidar a ocupação na Cisjordânia, território muito maior e mais rico que a faixa de Gaza, onde vivem cerca

de 2,4 milhões de palestinos.

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, vê a desocupação israelense da faixa de Gaza como um começo, um momento histórico e uma real oportunidade para o estabelecimento de uma paz duradoura entre Israel e os Palestinos, devendo ser seguida também pela desocupação da Cisjordânia.

Segundo as autoridades israelenses, a maioria das famílias que serão desalojadas em Gaza concordou com o acordo de compensação do Estado, que prevê uma recompensa que varia de US\$150 mil a US\$ 400 mil por família. As famílias que se recusarem a sair podem perder um terço dessa recompensa.

O exército israelense pretende retirar todos seus soldados de Gaza até o início de outubro, e então entregar definitivamente as terras aos palestinos. Todos os 21 assentamentos da faixa de Gaza e 4 dos 120 da Cisjordânia serão evacuados.

A faixa de Gaza e a Cisjordânia estão sob ocupação israelense desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Em Gaza vivem aproximadamente 8.500 colonos israelenses e 1,4 milhão de palestinos, enquanto que na Cisjordânia vivem 230 mil colonos israelenses em meio a 2,4 milhões de palestinos.

Referência

Sites:

[Folha Online](#)

[Jerusalem Post](#)

[Reuters](#)

[The Guardian](#)

Ver também:

03/06/2004 - [Retirada de Gaza: Momentos decisivos para Ariel Sharon](#)

12/08/2004 - [Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>